

## **Linha 1**

### **PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

P-01 – Direito Penal Contemporâneo .....	2
P-02 – Direito internacional contemporâneo.....	2
P-03 – Teoria e prática do direito, das Organizações e das Cortes Internacionais.....	3
P-04 – Direito Administrativo: entre a tradição e as tendências contemporâneas.....	3
P-05 – Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico.....	4
P-06 – Intervenção do Estado na Ordem Econômica .....	4
P-07 – Sistema Financeiro Nacional: negócios, regulação e repressão criminal e administrativo-sancionadora.....	5
P-08 – Empresa no Mercado.....	6
P-09 – Direito, Tecnologia e Inovação: Análise científica e multidisciplinar da inovação tecnológica.....	6
P-10 – Justiça Tributária e Segurança Jurídica.....	7
P-11 – Direito Constitucional, Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional no âmbito dos diálogos Institucionais entre os Poderes, tendo em vista a concretização dos Direitos Fundamentais e da Democracia.....	7
P-12 – Direito, Moralidade Política, Racionalidade Prática e Normatividade.....	8

## **Linha 1 – PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

### **P-01 – Direito Penal Contemporâneo**

A dogmática penal no Estado Democrático de Direito: estrutura, função, limites e interações. Teoria da norma penal. Teoria do bem jurídico-penal e conceito material de crime. Teoria do crime: elementos, evolução, variações e problemas contemporâneos. Teoria da sanção penal: finalidades, limites, aplicação e execução das penas, medidas de segurança e consequências extrapenais da condenação. Dogmática penal comparada. Direito penal supranacional. Dogmática Penal e outros saberes: a influência de outros ramos do ordenamento jurídico, da criminologia e da política criminal. Teoria da Parte Especial do Direito Penal. Crimes em espécie e direito penal socioeconômico.

Integrantes:

Fernando Antonio Nogueira Galvão da Rocha (Coordenador/a do projeto coletivo)

Frederico Gomes de Almeida Horta

Luis Augusto Sanzo Brodt

Sheila Jorge Selim de Sales

Tulio Lima Vianna

### **P-02 – Direito internacional contemporâneo**

Identificação e análise sociojurídico-econômica das principais organizações intergovernamentais (internacionais) atuantes na Sociedade Internacional, com destaque para a Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio – OMC, a União Europeia – UE, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, e a Organização dos Estados Americanos – OEA. Nesse sentido, buscar-se-á a construção de uma teoria geral balizadora de seu sistema jurídico, enfatizando-se, dentre outros: objetivos e área de atuação; direito originário e derivado; mecanismos de solução de controvérsias e implementação de suas decisões; representação e responsabilidade internacional. O papel de suas decisões e do Tribunal Penal Internacional na construção e implementação do Direito Internacional Contemporâneo.

Integrantes:

Roberto Luiz Silva (Coordenador/a do projeto coletivo)

Jamile Bergamaschine Mata Diz

### **P-03 – Teoria e prática do direito, das Organizações e das Cortes Internacionais**

Em constante diálogo com os ordenamentos jurídicos domésticos dos Estados, o Direito Internacional na atualidade não pode ser dissociado de um profundo exame da prática de diferentes sujeitos da Comunidade internacional que interagem ativamente na formação, implementação, interpretação e aplicação das normas internacionais. Ao mesmo tempo, é possível verificar no âmbito doutrinal diferentes teorias jurídicas para abordar o fenômeno normativo internacional, oferecendo instrumentos teóricos diferenciados para a apreciação da prática dos Estados, das Organizações Internacionais e das Cortes Internacionais em relação ao direito. Dentre os principais objetivos desse projeto está a investigação dessas práticas que, associadas a diferentes abordagens teóricas, oferecem respostas a novos problemas jurídicos envolvendo fontes, responsabilidade internacional, imunidades, direitos humanos, direito ambiental e climático, processo e procedimento, novas tecnologias, e às regras dos conflitos armados internacionais e relativas ao uso da força. Atenção especial é oferecida à política externa jurídica dos Estados na formação e nos posicionamentos assumidos em relação a essas normas, de maneira a realizar uma comparação tanto entre as práticas como entre teorias e prática do Direito Internacional e do Direito Global.

Integrantes:

Aziz Tuffi Saliba (Coordenador/a do projeto coletivo)

Lucas Carlos Lima

### **P-04 – Direito Administrativo: entre a tradição e as tendências contemporâneas**

Estudos sobre as tendências contemporâneas do Direito Administrativo e seu cotejo com as tradições históricas desse ramo jurídico, inclusive na perspectiva do direito comparado, com foco nos seguintes eixos temáticos: fundamentos do direito administrativo no paradigma do Estado Democrático de Direito; instrumentos de atuação administrativa consensual e governança por contratos; hibridismos e mutações dos regimes jurídicos aplicáveis à função administrativa; parcerias da Administração Pública com a iniciativa privada; valorização do processo administrativo; Direito Administrativo da informação e das novas tecnologias; tendências e perspectivas da organização administrativa e do domínio público; expansão da atividade administrativa regulatória; transformações nos regimes de prestação de serviços públicos e reconfiguração do controle da Administração Pública.

Integrantes:

Maria Tereza Fonseca Dias (Coordenador/a do projeto coletivo)

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva

Eurico Bitencourt Neto

Florivaldo Dutra de Araújo

Luciano de Araújo Ferraz

Maria Coeli Simões Pires

### **P-05 – Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico**

O projeto gira ao redor do estudo e do desenvolvimento de instrumentos e ferramentas jurídicas para uso da administração pública na promoção dos objetivos constitucionais, tais como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; e a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais. Estudos anticorrupção e estudos estratégicos das necessidades da administração pública nas suas mais diversas formas de interação com os cidadãos e com o âmbito privado em geral, objetivando contribuições na justificação, concepção e desenho de instrumentos jurídicos que promovam desenvolvimento e inclusão e a construção evolutiva dos direitos fundamentais.

Integrantes:

Marcelo Andrade Féres (Coordenador/a do projeto coletivo)

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva

Fabiano Teodoro de Rezende Lara

### **P-06 – Intervenção do Estado na Ordem Econômica**

O Projeto tem como objeto de estudo a intervenção do Estado na Ordem Econômica, em especial no âmbito da regulação de mercados, da concorrência, do meio ambiente, do desenvolvimento econômico e social, bem como de ações normativas que tenham impacto direto ou indireto na realidade econômica. Tem-se como foco o estudo desses objetos sob a matiz constitucional, dos princípios gerais da atividade econômica, e das políticas públicas constitucionalmente determinadas para a construção dos objetivos constitucionais.

Integrantes:

Fabiano Teodoro Lara (Coordenador/a do projeto coletivo)

Leandro Novais e Silva

Mariana Mota Prado

Paulo Roberto Coimbra Silva

## **P-07 – Sistema Financeiro Nacional: negócios, regulação e repressão criminal e administrativo-sancionadora**

Propõe-se a entender os propósitos da regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), verificando-se com base nos ditames constitucionais aplicáveis, em que medida há harmonia entre os institutos jurídicos privados e públicos postos para alcançar os objetivos identificados. Para realizar o estudo proposto, em observância dos contornos da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, examina-se: a) os sujeitos que praticam a coleta, a intermediação e a aplicação de recursos financeiros, bem como a custódia de valores de propriedade de terceiros, como, por exemplo, as instituições financeiras, as instituições de pagamento, os fundos de investimentos, os integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, seus auxiliares e outros agentes; b) os atos, os negócios jurídicos, inclusive, os contratos, os títulos de crédito regidos pelo Direito Cambial e os submetidos às regras do Sistema de Pagamentos Brasileiro, os valores mobiliários e os tokens utilizados no exercício profissional de atividades de movimentação de recursos financeiros no Sistema Financeiro Nacional e Internacional; c) as moedas oficiais cedulares, metálicas, escriturais, eletrônicas e digitais, os créditos e os direitos creditórios; d) a regulação estatal e a autorregulação dos agentes, dos objetos utilizados e das atividades desempenhadas nesses sistemas. Abrange também a compreensão a respeito da atividade de supervisão e punição realizada por reguladores em relação aos agentes que atuam profissionalmente no SFN. Nesse contexto, particular atenção é dedicada ao estudo da criminalidade financeira, como ramo de especial relevância do chamado Direito Penal Econômico. Sob a perspectiva das diretrizes que o modelo do Estado Democrático de Direito confere ao Direito Penal brasileiro, com adoção dos postulados do direito penal mínimo e garantista, bem como do método do direito comparado, a fim de estabelecer interlocução com os principais modelos alienígenas, baseia-se no exame da legitimidade da intervenção penal na atividade econômica, para identificar no sistema financeiro a existência de autênticos bens jurídicos a serem tutelados e, por fim, cuida-se dos crimes em espécie.

Integrantes:

Rubia Carneiro Neves (Coordenador/a do projeto coletivo)

Leandro Novais e Silva

Luis Augusto Sanzo Brodt

## **P-08 – Empresa no Mercado**

Propõe-se o estudo do desenvolvimento da empresa no mercado no Estado Democrático de Direito tendo como foco o exame das interações e estratégias estatais e empresariais e as garantias e liberdades dos sujeitos de direito. A pesquisa visa a desenvolver estudos de instituições do Estado e suas interfaces com a atuação empresarial, os instrumentos jurídicos de fomento ao desenvolvimento de inovação, novas tecnologias, mobilização de crédito e financiamento, bem como de mecanismos de controle e regulação da organização empresarial e do trato de sua crise econômica. Busca-se, também, o desenvolvimento de ferramentas teóricas adequadas para o estudo destas questões.

Integrantes:

Marcelo Andrade Féres (Coordenador/a do projeto coletivo)

Christian Sahb Batista Lopes

Eduardo Goulart Pimenta

Natália Cristina Chaves

## **P-09 – Direito, Tecnologia e Inovação: Análise científica e multidisciplinar da inovação tecnológica**

Este projeto coletivo visa a analisar, de maneira sistêmica, como a tecnologia vem influenciando o Direito e a inovação. Ele compreende pesquisas – preferencialmente em perspectiva multidisciplinar – que tenham por objeto o estudo das várias questões envolvendo Direito e tecnologia, a fim de compreender seus aspectos jurídicos, econômicos e sociais, bem como endereçar-lhes soluções que sejam não apenas consentâneas com os valores juridicamente protegidos, mas também exequíveis na prática. Assim, as iniciativas de pesquisa que pretendam participar deste projeto coletivo devem demonstrar sua conexão com as questões sociais e as necessidades do meio empresarial.

Entre os temas passíveis de serem abordados destacam-se: Big Data; Blockchain e Criptoativos; Design de Redes, Infraestrutura da Internet e Telecomunicações; Direito ao Esquecimento na Internet e Desindexação de Conteúdo; Documento Eletrônico e Comércio Eletrônico; Instrumentos de Investimento Privado em Inovação; Instrumentos de Investimento Público em Inovação; Inteligência Artificial; Internet das Coisas (IoT); Legal Techs e o Futuro do Mercado Jurídico; Marco Civil da Internet e Provedores de Serviços na Internet; Mensagens Eletrônicas Indesejadas – SPAM; Moderação de Conteúdo e Regulação de Plataformas Online; Privacidade e Proteção de Dados Pessoais; Regulação de Novas Tecnologias.

Integrantes:

Leonardo Parentoni (Coordenador/a do projeto coletivo)

Eduardo Goulart Pimenta

Marcelo de Oliveira Milagres

Natália Cristina Chaves

### **P-10 – Justiça Tributária e Segurança Jurídica**

Propõe-se o estudo da justiça fiscal e da tributação a partir da perspectiva das teorias filosóficas, políticas e econômicas contemporâneas, que tratam da justiça e da igualdade, para o exame do sistema tributário, considerando a concorrência fiscal no âmbito doméstico e internacional e seus efeitos na construção dos direitos humanos, em especial nos países em desenvolvimento. À luz de tais teorias, devem ser questionados os efeitos regressivos ou não dos impostos sobre o consumo, característicos dos países em desenvolvimento, em face dos impostos sobre a renda e o patrimônio. A questão da proporcionalidade, da progressividade, da universalidade e da generalidade, a construção concretizadora dos direitos humanos e sociais, a proibição do retrocesso e o contraprincípio da reserva do possível. O contrapeso da segurança jurídica e das garantias dos contribuintes, como limitações constitucionais ao poder de tributar.

Integrantes:

Misabel De Abreu Machado Derzi (Coordenador/a do projeto coletivo)

André Mendes Moreira

Onofre Alves Batista Júnior

Paulo Roberto Coimbra Silva

Valter De Souza Lobato

### **P-11 – Direito Constitucional, Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional no âmbito dos diálogos Institucionais entre os Poderes, tendo em vista a concretização dos Direitos Fundamentais e da Democracia**

O Projeto busca, à luz da hermenêutica constitucional, desenvolver de forma crítica e reflexiva no âmbito do Direito Constitucional, as intercessões funcionais entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com ênfase nos temas afetos à Teoria da Constituição, Teoria da Interpretação e a Teoria dos Fundamentais. Busca-se com isso: uma releitura das teorias contemporâneas do Direito e da Constituição, inspirada por um enfoque Filosófico e sociológico, com vistas à construção de uma concepção de juridicidade adequada ao paradigma do Estado Democrático de Direito; uma teoria dos direitos humanos e fundamentais e uma teoria da interpretação jurídica compatíveis com os princípios fundamentais da Constituição de 1988, que sejam aptas a lidar com o pluralismo político-social da sociedade contemporânea; uma teoria constitucional que desenvolva um estudo jurídico-comparado da Jurisdição Constitucional, bem como dos desenhos institucionais tendo em vista à proteção e concretização dos direitos fundamentais e da democracia.

Integrantes:

Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes (Coordenador/a do projeto coletivo)

Francisco Castilho

## **P-12 – Direito, Moralidade Política, Racionalidade Prática e Normatividade**

Estudo das formas de normatividade exibidas pelas práticas sociais, com prioridade para as práticas sociais do direito, visando compreender sua abertura às exigências da moralidade política e suas tensões com a facticidade dos processos sociais em geral. O estudo da moralidade e da normatividade de práticas sociais e instituições (em especial, jurídicas) desenvolvido neste projeto se baseia em investigações nas áreas da filosofia da linguagem e da teoria da agência (desenvolvidas na tradição analítica e na tradição pragmatista), bem como em teorias da justiça, filosofia política, metaética e teoria social. Nesse sentido, o objeto do projeto compreende também os métodos de cognição e aplicação do direito desenvolvidos e aprimorados nos séculos XX e XXI, especialmente no tocante à possibilidade e necessidade da inclusão de juízos valorativos no tratamento conceitual das práticas jurídicas e sociais. Estudam-se também a relevância da racionalidade prática incorporada às práticas sociais e o grau de sua instânciação por sistemas jurídicos particulares na produção da legitimidade e aceitação racional do direito pelos participantes das práticas jurídicas, bem como na justificação da obrigação moral de obediência geral ao direito. Por derradeiro, analisam-se também a moralidade das práticas sociais e o fundamento da obrigação política

### **Integrantes:**

Thomas da Rosa de Bustamante (Coordenador/a do projeto coletivo)

Bruno Camilloto Arantes

David Francisco Lopes Gomes

Leonardo Gomes Penteado Rosa

Thiago Lopes Decat